

# POVO LIVRE

## ORÇAMENTO DE PURA BRINCADEIRA



### 8 PARLAMENTO

#### Portugueses vão continuar numa rota de empobrecimento

Para o líder parlamentar Joaquim Miranda Sarmento, o executivo prepara-se para manter o IRC e pouco baixar o IRS no Orçamento do Estado para 2024 mantendo a linha de “impostos máximos para serviços públicos mínimos”

### 10 LOCAIS

#### Constrangimentos afetam o Hospital das Caldas da Rainha

O PSD questionou o Governo sobre a “constante ocorrência de constrangimentos” por falta de recursos humanos no Hospital das Caldas da Rainha e propôs a criação de duas unidades de saúde locais para servir a região Oeste

### 12 REGIONAIS

#### Vasco Cordeiro “perdeu autoridade política”

Luís Maurício considera que Vasco Cordeiro “perdeu autoridade política para falar sobre a Saúde dos açorianos, após ter deixado, enquanto presidente do Governo Regional, uma dívida de mais de 800 milhões no setor”

# Sentir Portugal

**Luís Montenegro chega ao Porto para contactar diretamente com cidadãos e agentes económicos, de diferentes setores, dos 18 concelhos que compõem o distrito do Porto**

**EMÍLIA SANTOS**

Diretora do Povo Livre



Esta semana, a iniciativa “Sentir Portugal” chegou ao meu distrito e, por isso, permitam-me evocar o direito de dar, de novo, um especial olhar a esta iniciativa que tem a marca indelével do nosso Presidente, Luís Montenegro.

Quem entende a Política como um serviço à Causa Pública exercido com efetiva proximidade, só pode aplaudir e apoiar o que está a ser feito pelo nosso partido. Por certo, teria sido mais cómodo e confortável organizar algo parecido que se circunscrevesse às capitais de distrito, com a expectativa que a presença dos nossos militantes fosse o bastante para passar a mensagem e, de caminho, assegurar imagens impactantes para os media.

Sim, a presença, o envolvimento e o contributo de ideias dos nossos militantes é de uma enorme importância, como também é a nossa capacidade para levarmos o nosso partido aos cidadãos, quase que num registo de porta a porta, para os escutarmos com a atenção que nos merecem e aprofundarmos o conhecimento da realidade quotidiana. É essa a ação política que os tempos exigem e é assim que se constrói uma alternativa de governação de confiança, comprometida com as reais necessidades dos portugueses e com a urgência de dar ao País um caminho de esperança e de desenvolvimento sustentável e duradouro. É esse o espírito de “Sentir Portugal”.

Tal como aconteceu nos vários distritos e concelhos que visitou, Luís Mon-

tenegro chega ao Porto para contactar diretamente com cidadãos e agentes económicos, de diferentes setores, dos 18 concelhos que compõem este distrito.

A semana começou com uma visita a um posto da GNR, que permitiu ouvir, de viva-voz, os problemas de segurança dos cidadãos e dos próprios militares. Seguem-se iniciativas ligadas ao ambiente, à produção agrícola e à pecuária, bem como encontros com estudantes universitários para abordar a situação do ensino superior. Na agenda, estão reservados momentos para falar de transportes, da indústria transformadora, do setor do têxtil e do calçado, dos problemas da justiça, da cultura, para visitar bairros sociais e feiras, bem como para encontros com trabalhadores, com autarcas, com os jovens. Entretanto, ainda houve a oportunidade de realizar um Conselho Nacional na Maia – a minha cidade, mais um motivo de orgulho.

É este o verdadeiro PSD, o PSD das bases, dos diferentes setores de atividade, o partido que sai para a rua, que está com as pessoas para as ouvir e para lhes dar respostas.

É este o partido que em que me revejo, é este o líder que merece o nosso apoio, é este o projeto que nos conduzirá, novamente, à liderança do Governo, para o bem dos Portugueses, para o bem de Portugal.

# ORÇAMENTO É O FATO PIPI QUE O DR. ANTÓNIO COSTA APRESENTA TODOS OS ANOS

**Luís Montenegro considera que a proposta de Orçamento do Estado para 2024 é “um embrulho”, “um Powerpoint”, “pura brincadeira, pura demagogia, puro oportunismo”, não traz “grande novidade”, apenas “cobra mais impostos”, ignora o investimento público e “não responde às necessidades das pessoas”.**

“É uma espécie, mais uma vez, de um Orçamento pipi, que aparece bem vestidinho, muito apresentadinho, mas que é só aparência, é assim muito betinho, parece que faz, mas não faz, apresenta objetivos, ideias, mas depois não concretiza nada. É o fato que o dr. António Costa apresenta todos os anos”, afirmou.

Intervindo na abertura do Conselho Nacional do PSD, na Maia, na terça-feira, 10 de outubro, o Presidente do PSD referiu que “a nota [do Governo] dominante continua a ser impostos máximos, serviços mínimos”. “Esta é a 9.ª proposta de Orçamento que o dr. António Costa apresenta ao país, consecutiva, seguida. Aquilo que o dr. António Costa não fez em 8 anos é muito difícil que ele e o Partido Socialista façam nos próximos 2, 3 anos”, acrescentou.

Luís Montenegro criticou a “dema-gogia” do Governo, por apresentar “um embrulho, com fugas seletivas para os jornais”. “Eles são mestres nessa propaganda, só que isso não resolve os problemas”, apontou.

O líder do PSD assinalou ainda que esta quarta-feira, no Parlamento, o PSD irá “pedir contas ao Governo, que está efetivamente a criar um sentimento de insegurança” na saúde, na escola, na habitação, na justiça, porque “a falta de resposta dos serviços cria um sentimento de insegurança, também nas pessoas que não têm problemas de saúde”.

Luís Montenegro acusou em concreto o ministro da Saúde de ser o responsável da “completa instabilidade” do SNS. “Um ministro [Manuel Pizarro] que anda qual barata tonta a ver para que lado é que se há de virar, para dar a desculpa do dia, que ainda não teve um tempo para apresentar os estatutos da Direção Executiva do SNS”, ironizou.

No final do discurso de abertura, o líder PSD questionou a total incapacidade do Governo socialista. “Alguém acredita que este Orçamento vai dar um médico de família, que faz falta a mais de 1 milhão e 600 mil portugueses? Alguém acredita que é este Orçamento que vai resolver finalmente o problema da incapacidade de termos consultas atempadas, cirurgias atempadas, no Serviço Nacional de Saúde?



Alguém acredita que é este Orçamento que vai colocar os professores que faltam na escola? É este Orçamento que vai dar a oportunidade nos próximos anos de termos 35.000 professores dentro do sistema? Alguém acredita que é este Orçamento que vai dar uma habitação às famílias mais vulneráveis?

É este Orçamento que vai permitir aos jovens terem acesso ao crédito à habitação que lhes permita adquirir casa? É este orçamento que vai dar maior oferta no mercado de arrendamento para que as rendas possam baixar? Nada disto vai acontecer, nada disso se consegue depreender do Orçamento”, disse.





**O Governo está a criar um sentimento de insegurança na saúde, na escola, na habitação e na justiça**



Luís Montenegro em entrevista à TVI/CNN Portugal

# O MEU OBJETIVO É VENCER AS LEGISLATIVAS PARA REFORMAR O PAÍS



Luís Montenegro reitera três compromissos políticos perante os portugueses: só será "Primeiro-Ministro se ganhar as eleições [legislativas]", não fará qualquer "coligação ou acordo com o CHEGA" e, em terceiro lugar, ganhando eleições, formará governo, "preferencialmente com o apoio maioritário dos deputados na Assembleia da República".

Em entrevista à TVI/CNN Portugal, na segunda-feira, 9 de outubro, no Salão Nobre do ISEG, em Lisboa, o Presidente do PSD reafirmou que "o objetivo de disputar e vencer as legislativas" é "reformar o país".

## SAÚDE: SOLUÇÃO ESTRUTURAL COM A COOPERAÇÃO ENTRE PÚBLICO, PRIVADO E SOCIAL

Criticando o "desgaste enorme" e a "deceção das pessoas que votaram no PS", Luís Montenegro defende uma "solução estrutural" para os problemas da saúde.

"Em Portugal, é preciso um pacto para a Saúde que envolva não só os partidos políticos, mas os operadores públicos, privados e sociais para gerir equipamentos, capacidade de

resposta e recursos humanos", disse, considerando que é "não só um falhanço, mas uma hipocrisia política" do executivo socialista que se afirma como o "baluarte" da defesa de um SNS estritamente público e não dependente dos privados, para depois ficar dependente dos "avençados" para suprimir as necessidades mais básicas. "Isto tem de ter um ponto final", insistiu.

Para Luís Montenegro, "um pescador da Afurada deve ter a mesma possibilidade de ir a um hospital privado que um advogado", e antecipa que "se não se colocar um ponto final na vertigem ideológica" haverá "o caos completo na área da saúde".

Luís Montenegro considera que Manuel Pizarro parece estar esgotado na sua capacidade de dialogar com o sector e de responder às necessidades do SNS. "O ministro, que está há pouco mais de um ano no cargo, parece que já não tem capacidade de resposta. Parece que tem a cabeça noutra sítio, dizem que quer ser Presidente da Câmara do Porto, e se calhar está mesmo", apontou.

## "RECUPERAÇÃO DO TEMPO DOS PROFESSORES É PRIORIDADE"

Em resposta a uma pergunta da plateia, o Presidente do PSD explicou a posição do partido sobre os professores no sentido da valorização da carreira dos docentes. "Apresentámos uma proposta para que a recuperação do tempo perdido possa acontecer em cinco anos a 20%. Fizemo-lo porque há hoje muita instabilidade nas escolas e o perigo de não haver professores. Em 2026, mais de 50% dos professores vão ter mais de 50 anos", justificou.

De acordo com Luís Montenegro, "só se consegue atrair gente para o ensino, se se valorizar a função. Nós fizemos uma escolha. E a escolha é equilibrada do ponto de vista orçamental. E uma prioridade. Temos de começar por algum lado. E

eu escolho", frisou.

O líder do PSD acusa ainda o Governo de não mostrar as contas e, por isso, vai pedir à UTAO - Unidade Técnica de Apoio Orçamental as contas para a restante a administração pública.

## IMPOSTOS: JOVENS ATÉ AOS 35 ANOS PAGAM APENAS 1/3 DE IRS

Luís Montenegro apresentou as propostas do PSD em matéria fiscal. Acusando António Costa de ser "o maior cobrador de impostos da história de Portugal", o líder do PSD lembrou que "a primeira coisa que o dr. António Costa fez, quando foi eleito secretário-geral do PS, foi precisamente rasgar o acordo que havia entre o PS e o PSD para baixar de forma faseada o IRC durante três anos".

Em relação ao IRS, Luís Montenegro



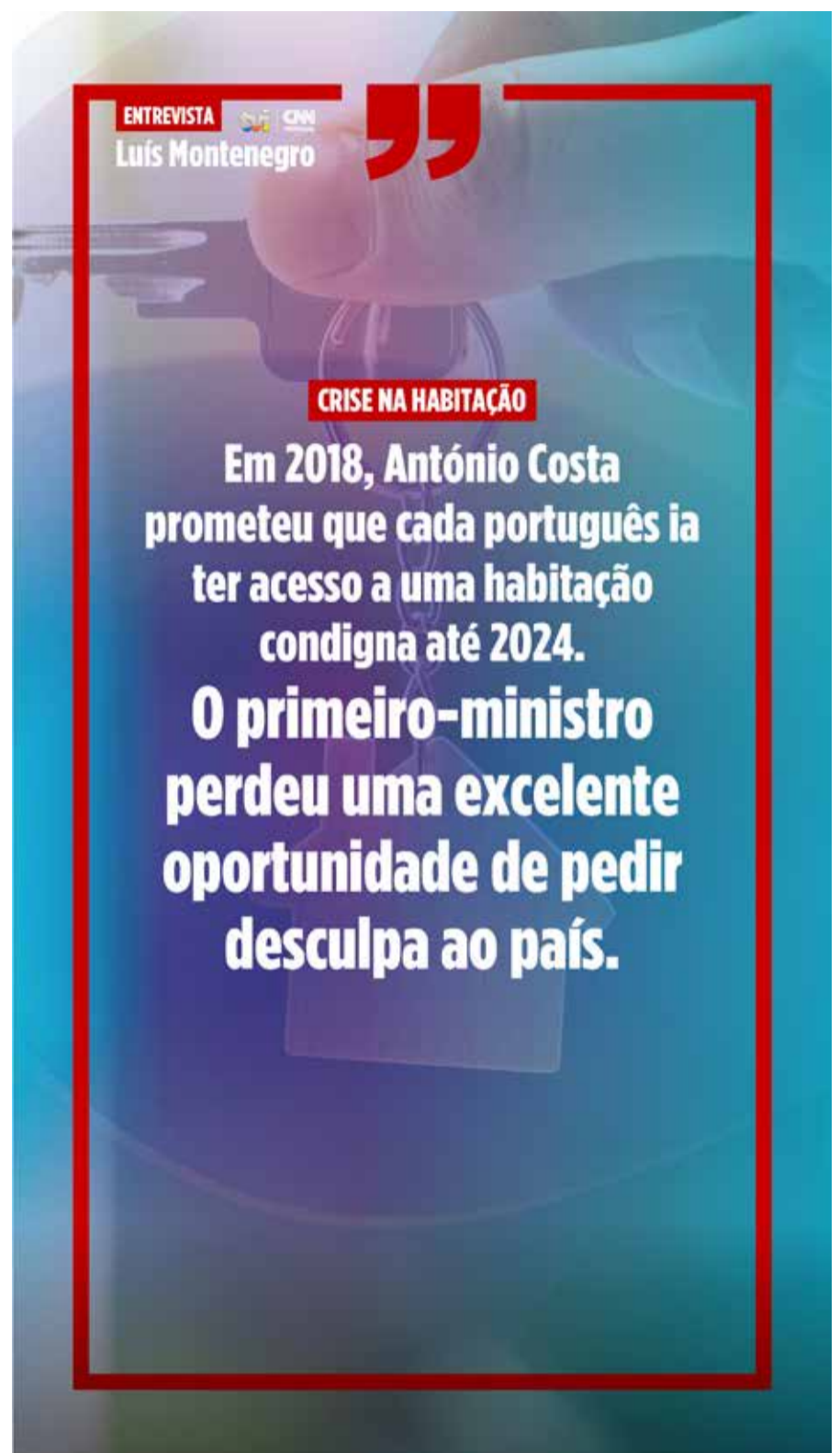
entende que há margem para baixar os impostos sobre os rendimentos do trabalho, uma redução em 1200 milhões de euros até ao 8.º escalão, em linha com a proposta apresentada pelo PSD no Parlamento em setembro. Esta redução é especialmente significativa para a classe média 2.º a 6.º escalões.

Para os jovens, o líder do PSD sublinha que a proposta social-democrata, de redução em 2/3 da atual tributação dos contribuintes até aos 35 anos, é a “melhor”. “Até aos 35 anos,

está a dar um grau de previsibilidade de um jovem que acaba o ensino superior, 12, 13 anos, e outros que nem sequer frequentam o ensino superior e começam a trabalhar com 18, 19, 20 anos. Eles [jovens] ficam a saber que até terem 35 anos vão pagar 1/3 do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares”, disse.

#### **HABITAÇÃO: “ANTÓNIO COSTA FAZ PROMESSAS COM DESCARAMENTO”**

Em matéria de habitação, Luís Mon-



tenegro referiu que o Primeiro-Ministro “perdeu uma oportunidade de pedir desculpa aos portugueses, teve o descaramento de quem parece que chegou ontem à governação”.

Luís Montenegro recordou que António Costa, “em 2018, fez uma promessa formal” nesta matéria. “Ele [António Costa] disse assim, nos 50 anos do 25 de Abril, que vamos comemorar em 2024, eu prometo que nenhum português vai deixar de ter acesso a habitação condigna”, precisou.

O Presidente social-democrata salienta que “o problema da habitação é transversal a todo o país”, pelo que a função do Estado é implementar políticas públicas eficazes. “É preciso dar condições aos investidores para eles investirem. Menos burocracia, menos impostos e alguma previsibilidade no retorno do investimento. O Estado pode servir de garantia (...) e assumir o encargo de dar ao investidor a rentabilidade que ele previa. Quando o Governo não conta com o setor privado, o que estão a fazer é afunilar o mercado”, observou.



## ATRASOS NOS APOIOS DO ESTADO ESTÃO A ESTRANGULAR EMPRESAS

Pedro Reis manifesta preocupação pelos “numerosos e crescentes gritos de alerta e apelos de ajuda” das empresas exportadoras, que se queixam de atraso nos apoios e pagamentos por parte do Estado.

São 10 as perguntas que o coordenador do Movimento Acreditar dirige ao Governo, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD decidiu solicitar “o agendamento urgente de audições do ministro da Economia e do Mar, bem como do Presidente do IAPMEI, em sede de Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação”.

“Chegam-nos múltiplas evidências de atrasos nas avaliações, nos pagamentos, na análise dos dossiers e na tramitação. É transversal os problemas e os alarmes que as empresas nos fazem chegar”, afirmou.

Em conferência de imprensa, esta quarta-feira, em Lisboa, Pedro Reis sublinha que as empresas exportadoras estão “por receber reembolsos

quer do Ministério da Economia, do IAPMEI- Agência para a Competitividade e Inovação e de organismos intermédios do Estado”.

“Estes estrangulamentos adicionais de tesouraria derivados dos pagamentos devidos pelo IAPMEI no âmbito dos vários Programas de Incentivos são graves, incompreensíveis e inaceitáveis. (...) Não podemos, como País, deixar cair empresas saudáveis (que geram emprego crítico) por estrangulamentos de tesouraria assacáveis aos atrasos nos pagamentos dos incentivos devidos e prometidos por parte do Estado. Não podemos deixar morrer projetos estratégicos e estruturais por falta de resposta da Tutela e dos Organismos Públicos. (...) As empresas não querem nem justificações nem promessas: querem compromissos, execução e resultados. Urgentemente”, declarou o coordenador do Movimento Acreditar.

Pedro Reis salienta que esta situa-

ção, “plena de falhas de gestão, de ausência de estratégia e de bloqueios nos processos e nas plataformas, de escassez de equipas de acompanhamento, traz um atraso nos pagamentos às empresas”, ao ponto de acarretar “um risco grave

de abandono de projetos de investimento e de perda de oportunidade de mercado e de internacionalização por parte dos seus promotores”.

Leia aqui as 10 perguntas que o PSD dirige ao Governo e ao IAPMEI.





# PSD CRITICA ATRASO NA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA PARA ALBUFEIRAS DE ALQUEVA E PEDRÓGÃO

O PSD criticou o Governo pelos “cinco anos de atraso” na elaboração do Programa Especial das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, no Alentejo, alertando para a intensificação no futuro de “conflitos em torno do uso das albufeiras”.

As críticas constam de uma pergunta do Grupo Parlamentar do PSD, subscrita por 17 deputados, de entre os quais a eleita por Évora, Sónia Ramos, e dirigida ao ministro do Ambiente e da Ação Climática, Duarte Cordeiro.

“Após cinco anos de atraso na elaboração do Programa Especial das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão, importa apurar quando será concluído o processo”, escreveram os parlamentares no documento.

Assinalando que “o plano que está em vigor carece de revisão e atualização”, os sociais-democratas advertiram que “a morosidade está a condicionar as perspetivas dos agentes locais e regionais do Alentejo”.

É fundamental e urgente acelerar a concretização do programa especial. Se tal não for feito, há o risco de se intensificarem conflitos em torno dos usos das albufeiras com prejuízo para as populações, economia regional e recursos naturais”, afirmaram.

De acordo com os deputados do PSD, a elaboração do Programa Especial das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão foi determinada por um despacho do Governo publicado em Diário da República no dia 03 de janeiro de 2018.

“O processo devia estar concluído no prazo máximo de 15 meses contados a partir da data da adjudicação dos trabalhos técnicos”, sublinharam os deputados subscritores da pergunta.

O plano que está em vigor, datado de 2002, abrange os planos de água, respetivas zonas de proteção e territórios nos concelhos de Alandroal, Elvas, Portel, Reguengos de Monsaraz, Moura, Mourão, Évora, Vidigueira, Vila Viçosa e Serpa.

Na pergunta, os sociais-democratas lembraram que os programas especiais de albufeiras “estabelecem regimes de salvaguarda dos recursos naturais em presença, com especial destaque para os recursos hídricos”.

Estes programas constituem “um instrumento de apoio à gestão das albufeiras e das zonas terrestres de proteção envolvente, assim como de articulação entre as diferentes entidades com competência na área de intervenção”, acrescentaram. Com a pergunta, os deputados querem saber quando estará concluído o programa, qual o cronograma do processo, como se justificam os atrasos e que trabalhos foram desenvolvidos e em que ponto se encontram.

OE 2024

# PORTUGUESES VÃO CONTINUAR NUMA ROTA DE EMPOBRECIMENTO

Os portugueses vão continuar a empobrecer em 2024 afirmou, dia 6 de outubro, o PSD na Assembleia da República após uma reunião com o ministro das Finanças em que o Governo apresentou as linhas gerais das contas do Estado para o próximo ano.

Para o líder parlamentar Joaquim Miranda Sarmiento, o executivo prepara-se para manter o IRC e pouco baixar o IRS no Orçamento do Estado para 2024 mantendo a linha de “impostos máximos para serviços públicos mínimos”.

Joaquim Miranda Sarmiento sublinhou ainda a falta de abertura do executivo para acolher a proposta de recuperação do tempo de serviço dos professores em 20 por cento ao ano nos próximos 5 anos anunciada recentemente pelo presidente do partido, Luís Montenegro.

O Governo entregou na terça-feira a proposta de Orçamento do Estado para 2024 no Parlamento. A proposta é discutida na generalidade nos dias 30 e 31 de outubro.



# CONSTRANGIMENTOS AFETAM O HOSPITAL DAS CALDAS DA RAINHA

O PSD questionou o Governo sobre a “constante ocorrência de constrangimentos” por falta de recursos humanos no Hospital das Caldas da Rainha e propôs a criação de duas unidades de saúde locais para servir a região Oeste.



A pergunta dos deputados eleitos pelo círculo de Leiria tem por base o encerramento do Serviço de Urgência Pediátrica daquele hospital, “por falta de recursos médicos, situação que obrigou ao desvio dos utentes para o Serviço de Urgência Pediátrica de Torres Vedras”, no distrito de Lisboa.

Na pergunta entregue na Assembleia da República, o PSD considera “absolutamente inaceitável que os serviços de prestação de cuidados de Saúde no Hospital das Caldas da Rainha não se encontrem devidamente garantidos, por força da constante ocorrência de constrangimentos resultantes da falta de recursos humanos” naquela unidade do distrito de Leiria.

Os deputados querem saber que soluções serão adotadas para garantir que não haja falhas naquela especialidade e noutras, bem como para garantir o serviço de urgência,

nomeadamente se serão contratados mais médicos e quando será possível ter acesso ao planeamento de contratação de profissionais para “acautelar situações futuras”.

Num outro requerimento, os social-democratas levantam dúvidas sobre “a operacionalidade” de uma Unidade Local de Saúde (ULS) como a que se encontra prevista para o Oeste, propondo em alternativa a criação de duas unidades.

Segundo o PSD, o objetivo do Governo é criar uma ULS do Oeste pela integrando o Centro Hospitalar do Oeste (CHO) - composto pelos hospitais das Caldas da Rainha, Torres Vedras e Peniche -, o Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Sul (com exceção do Centro de Saúde de Mafra) e os centros de saúde do Bombarral, Óbidos, Peniche e Caldas da Rainha, atualmente integrados no Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte.

“Daqui decorre que a área geográfica de atuação da ULS do Oeste deverá abranger o território atualmente afeto às Administrações Regionais de Saúde do Centro e de Lisboa e Vale do Tejo, bem como os referidos ACES”, pode ler-se no requerimento.

Considerando que a dimensão da ULS proposta é “aproximada da de um hospital central”, os deputados questionam se foi ponderada ou se o ministro da Saúde, Manuel Pizarro, estará disposto a ponderar a criação não de uma, mas de duas ULS para a região.

O CHL tem uma de área de influência correspondente aos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós, Nazaré, Pombal, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere, Ourém e parte dos concelhos de Alcobaça e Soure servindo uma população de cerca de 400.000 habitantes.



**É inaceitável que os cuidados de saúde no Hospital das Caldas da Rainha não se encontrem devidamente garantidos**

# PSD DO PORTO ACUSA GOVERNO DE “DESPREZAR” A VCI



O PSD do Porto acusou o ministro das Infraestruturas de demonstrar “total desprezo” pelo problema de mobilidade da Via de Cintura Interna (VCI), defendendo a proibição imediata da circulação de pesados naquela via e a eliminação de portagens na CREP.

“Este ministro tem vindo a refugiar-se em declarações sem conteúdo, não conseguindo resolver os problemas que existem no seu ministério e, em particular, no caso da VCI, demonstra total desprezo pela dimensão do problema e aparente desconhecimento das especificidades de mobilidade que a VCI apresenta”, afirma em comunicado a Comissão Política de Secção do PSD do Porto.

Para a estrutura presidida por Alberto Machado, esta declaração “é típica de um político que nada pretende fazer, que nada pretende resolver, que nada pretende decidir”, afirmam, sublinhando que João Galamba tem vindo a demonstrar a sua “incapacidade, em vários dossiers”.

Os sociais-democratas consideram que a especificidade da VCI exige que as medidas de mitigação tenham em conta as particularidades desta via que, referem, surge no relatório de tráfego na rede nacional de autoestradas do 4.º trimestre de 2022, como a via mais utilizada do país.

Por estar localizada dentro da malha urbana do Porto, estes factos, subli-

nam, tornam “a vida dos portueses e de todos os seus utilizadores, um verdadeiro calvário”.

“Não, senhor ministro, as soluções para a VCI não podem ser adiadas, atendendo aos impactos negativos que têm sobre a população do ponto de vista social, ambiental e económico”, declaram.

Para o PSD do Porto, a Circular Regional Externa do Porto (CREP) é a única solução imediata para mitigar o problema, pelo que defendem “a eliminação de portagens e a proibição de circulação de veículos pesados de mercadorias na VCI, excepcionando, naturalmente, os que têm como destino o Porto”.



## A especificidade da VCI exige medidas de mitigação

Uma solução que a Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (AN-TRAM), com quem, dizem, já se reuniram e não se opõe e que pode ser implementada no curto prazo, reduzindo potencialmente o trânsito da VCI no “mínimo 30%”.

# TERRENOS DA PETROGAL EM MATOSINHOS SÃO NARRATIVA SEM FIM



O PSD de Matosinhos exige que a Câmara Municipal convoque uma reunião urgente com a empresa britânica e com a GALP, para conhecer os contornos da proposta de aquisição da refinaria.

“O PSD de Matosinhos e seus autarcas tiveram conhecimento pela imprensa de uma proposta de aquisição dos terrenos da refinaria de Leça da Palmeira, por parte de uma empresa britânica. Tendo em conta que este ‘dossier’ é de extrema importância para os matosinhenses, os autarcas sociais-democratas vão

apresentar uma proposta, (...) a exigir que a autarquia de Matosinhos, na pessoa da sua Presidente Luísa Salgueiro, contacte de imediato as partes e reúna com as mesmas para conhecer os contornos da proposta, por forma a salvaguardar os interesses presentes e futuros desta população”, revelou.

Em comunicado, o vereador e Presidente do PSD Matosinhos, Bruno Pereira, lembra que “três após o encerramento da refinaria, não exista ainda de facto um verdadeiro projeto para o local e que acautele a saúde

pública e o ambiente em Matosinhos, pois até hoje pouco se falou sobre o desmantelamento das infraestruturas existentes ou da descontaminação dos solos”.

Além disso, na campanha autárquica de 2021, “o Primeiro-Ministro assumiu publicamente que iria dar uma lição a uma empresa privada”. “Será que, em 2023, acaba a delapidar património empresarial português a favor de um fundo internacional”, interroga Bruno Pereira.

Ainda em 2021, a autarca de Matosinhos, Luísa Salgueiro anunciou

que não iria permitir a construção de imóveis no local da refinaria. Nos anos seguintes, e após a criação de diversas comissões de estudo e de acompanhamento, nada foi deliberado, até que a GALP apresenta, publicamente, um conjunto de intenções entre a autarquia, a CCDR-N e a GALP para a cedência de 40 hectares, por forma a criarem a “Cidade da inovação”, um projeto de utilidade pública, com acesso a muitos milhões de euros das verbas do Fundo para uma Transição Justa.

Recentemente apresentou, “de forma meio envergonhada, um projeto para os terrenos da refinaria, do qual hoje se sabe não ter a consonância da GALP, de tal forma que a GALP acaba a ceder terrenos à autarquia, os quais não pertencem ao complexo petroquímico e sobre os quais já estava contratualizada a sua doação, desde os anos noventa, a favor do município”.

“Tudo isto, para tão só e somente a autarquia não perder o acesso aos 60 milhões de euros do Fundo para uma Transição Justa. (...) Luísa Salgueiro que é muito lesta a propagandar ‘Cidades da Inovação’ e a alegar desconhecimento de tudo o que não lhe interessa, deveria era solucionar ou prever soluções para o trânsito de Matosinhos, para a A28, para a ponte móvel – que se encontra em avançado estado de degradação – e pugnar por mais e melhores transportes públicos, a servir aquela área”, critica Bruno Pereira.

“Assim, na opinião do PSD de Matosinhos, compete ao Governo e à autarquia assumirem as suas responsabilidades de decisores políticos em áreas tão estratégicas como esta, relacionada com a economia de uma região e do país, e também relacionada com o ambiente e a transição energética”, conclui.

# AVEIRO INVESTE MEIO MILHÃO DE EUROS NO REFORÇO DOS TRANSPORTES

A Câmara Municipal de Aveiro aguarda pela formalização de uma adenda contratual e visto do Tribunal de Contas para reforçar a rede de transportes públicos, num investimento de meio milhão de euros.

De acordo com uma nota de imprensa, a proposta de reforço e reestruturação da oferta de transporte público rodoviário da Aveiro-Bus foi aprovada na última reunião do executivo municipal.

A entrada em funcionamento do reforço aprovado pela câmara, e que inclui a criação de duas novas linhas circulares no centro da cidade, carece ainda do parecer da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, formalização da adenda ao contrato de concessão e visto do Tribunal de Contas.

A decisão da autarquia surge no seguimento dos estudos realizados para a Câmara Municipal de Aveiro

(CMA) por uma empresa da especialidade, que contou com a participação do grupo Transdev, que detém a concessão.

O investimento adicional de cerca de meio milhão de euros visa “dar melhor resposta ao crescimento do número de habitantes, turistas e utilizadores, assim como ao desenvolvimento económico, social e urbano da cidade e do município de Aveiro”.

“A proposta de reforço da oferta assenta no aumento da frequência das carreiras diurnas, o aumento dos horários noturnos, a criação de duas novas linhas urbanas para cobrir novas zonas da cidade e do município, bem como o aumento da periodicidade dos horários noturnos e das linhas de circulação ao fim de semana”, descreve a nota municipal.

O número de carreiras diurnas passa de 220 para 309 e o número de carreiras ao fim de semana aumen-

ta de 54 para 118, sendo ainda de referir que as carreiras noturnas, durante a semana, passam de três para 24.

O reforço contempla também a criação de duas novas linhas urbanas circulares ao centro da cidade, com partida e termo na Estação da CP, em circuitos de 40 minutos, intercaladas em sentidos inversos, que inclui a passagem pelo Cais de São Roque, Universidade de Aveiro, Centro de Congressos e zona urbana da Forca-Vouga.

A Câmara considera que o reforço da oferta da AveiroBus se justifica devido ao crescimento do setor turístico, o acolhimento de imigrantes, o aumento de estudantes universitários, o aumento do número de clientes das superfícies comerciais, o envelhecimento global da população e a diversificação dos horários de trabalho.



**Este investimento visa dar melhor resposta ao crescimento do número de habitantes no concelho**

# GOVERNO “EMPURRA COM A BARRIGA” OS PROBLEMAS DAS URGÊNCIAS PEDIÁTRICAS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL



A distrital de Setúbal o PSD manifesta “espanto e indignação” perante o plano dos serviços de urgência pediátrica para o Inverno de 2023/2024, depois de o Governo ter anunciado o prolongamento da intermitência das urgências pediátricas na Península de Setúbal.

“No primeiro trimestre de 2023, depois de prometer um plano para reorganizar as urgências de pediatria, o Governo anunciou um plano transitório de reorganização das urgências pediátricas na Península de Setúbal. Deste plano resultou uma escala intermitente de funcionamento das urgências pediátricas dos Hospitais do Barreiro e de Setúbal, fazendo crer aos utentes que a mesma seria transitória, até ao final de Verão”, afirmou.

Em comunicado, a estrutura presidida por Paulo Ribeiro lembra que

o calendário divulgado “prolonga esta situação, pelo menos, até 31 de janeiro de 2024”, constitui “uma desilusão”, que “deixa milhares de residentes da Península de Setúbal sem uma resposta de proximidade aos fins-de-semana, quinzenalmente, e obriga as famílias a saber muito bem este calendário, que mais parece um carrocel, para perceberem, em caso de urgência, para onde se devem dirigir”.

“A falta de profissionais de saúde é um problema que se sente há muito no SNS, resultante da indiferença do Governo face às necessidades destes profissionais, de forma que estes se mantenham no SNS e aí exerçam a sua profissão. O estado das carreiras, as remunerações insuficientes e a falta de condições de trabalho conduziram o SNS a uma degradação nunca vista. O Governo, ao invés de melhorar o SNS, está a destruir o

SNS. O prolongamento do encerramento dos serviços de urgência pediátrica do Barreiro e Setúbal degrada ainda mais os cuidados de saúde prestados à população, que terão de se deslocar a maiores distâncias e irão engrossar as filas de espera nos restantes serviços de urgência da AML, serviços esses que já se encontram sobre grande pressão”, sublinha.

Para o PSD, “a resposta do executivo socialista à falta de médicos no SNS, para a qual contribui a desvalorização das carreiras e o desinvestimento no serviço público, acarreta transtornos, em particular para as populações mais distantes de Almada, como é o caso de Alcácer do Sal e de Grândola, que serão obrigadas a fazer grandes distâncias, mais de 200 quilómetros no caso de Grândola, para chegar às urgências. Esta falta de resposta, de meios, de capa-

cidade, de operacionalidade, revela-se não só incómoda para a população do distrito, como pode causar problemas graves para essa mesma população, que podem mesmo ser trágicos, levando a que, em último caso, pague com a própria vida, como infelizmente já sucedeu e não podemos deixar de responsabilizar diretamente este Governo por essa falta de resposta. Foi a sua política, as suas decisões, as suas escolhas que nos levaram para este pântano”.

Perante este quadro, a Comissão Política Distrital de Setúbal do PSD exige ao Governo que “encontre uma solução definitiva para garantir o funcionamento diário adequado da urgência pediátrica dos Hospitais do Barreiro e de Setúbal, deixando de ‘empurrar com a barriga’ os problemas deste setor”.

Luís Maurício considerou que Vasco Cordeiro “perdeu autoridade política para falar sobre a Saúde dos açorianos, após ter deixado, enquanto presidente do Governo Regional, uma dívida de mais de 800 milhões no setor”.

“O número exato são 811 milhões de euros, que era a dívida da extinta Saudaço, assumida depois pela Região, e uma das causas do descalabro financeiro em que o atual Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) encontrou o Serviço Regional de Saúde”, disse.

Para o vice-Presidente do PSD dos Açores, “Vasco Cordeiro não tem autoridade política para dirigir críticas ao trabalho árduo e sério que está agora a ser feito”, frisou o social-democrata.

“O processo da empresa pública Saudaço é mais um dos assuntos sobre os quais o PS se esquece de falar, até porque o anterior governo regional [socialista] apenas extinguiu a mesma porque ela deixou de servir para esconder dívida pública, afinal o único propósito da sua criação”, afirmou.

Segundo Luís Maurício, “os danos causados pela Saudaço na economia regional foram grandes e ainda se fazem sentir. Para além do enorme passivo daquela empresa pública, nunca os governos do PS conseguiram evidenciar as vantagens da sua constituição, em 2004, o que diz bem da forma como geriram os Açores durante 24 anos consecutivos”, adiantou.

O dirigente do PSD dos Açores destaca “a transparência da atual governação, também ao nível da Saúde, sendo que tem sido feito um esforço enorme para debelar os problemas financeiros herdados da anterior tutela, com o executivo da Coligação a assegurar o reforço do financiamento às estruturas de saúde, até ao final do ano, em mais de 20 milhões de euros”.

“Tudo isto depois de confirmada a existência de uma dívida a fornecedores de 145 milhões de euros no final de 2020, relativa aos três hospitais e às unidades de saúde da região, como já esclareceu a Secretária Regional da Saúde e Desporto”, referiu Luís Maurício.

“Está a ser feito um trabalho diário visando a regularização desses valores, mas os factos são claros e a herança deixada pelo anterior governo socia-

# VASCO CORDEIRO “PERDEU AUTORIDADE POLÍTICA”

lista foi de 145 milhões de euros de dívida, a 31 de dezembro de 2020, aos fornecedores do setor da Saúde”, reforçou

“A prova disso é que, em 2021 e 2022, o Hospital do Divino Espírito Santo já pagou cerca de 16 milhões de euros a fornecedores”, lembrou também aquele responsável.

Luís Maurício concluiu, recordando que “em primeiro lugar tem estado sempre a qualidade na prestação de cuidados de saúde aos açorianos, pelo que não admitimos que Vasco Cordeiro e o PS ponham isso em causa, quando há claramente um reforço dos meios, e uma nova forma de os gerir, a bem do Serviço Regional de Saúde, que tanto sofreu com os socialistas no poder”.





# FAMÍLIAS AÇORIANAS POUPAM CERCA DE 1,5 MILHÕES DE EUROS EM MANUAIS ESCOLARES



Joaquim Machado afirmou que “as famílias açorianas pouparam 1,5 milhões de euros na aquisição de manuais escolares por ação do Governo da Coligação”.

De acordo com o parlamentar social-democrata, “a poupança de 1,2 milhões de euros corresponde à distribuição de manuais digitais junto de 10 mil alunos do segundo ciclo, 8º e 9º anos de escolaridade, enquanto o restante valor traduz-se na distribuição gratuita de manuais do 1º ciclo em suporte papel”.

Joaquim Machado falava no final de uma visita à Escola Básica Integrada de Capelas, em Ponta Delgada, acompanhado das parlamentares social-democratas Ana Quental e Délia Melo.

O parlamentar considera tratar-se de uma medida “com significado económico considerável para as fa-

mílias açorianas nesta fase”, a par da “redução do preço das refeições fornecidas nas escolas, em média 27% mais barato, algo que acontece pela primeira vez em 47 anos de Autonomia”.

Quanto à redução do preço das refeições, “outros governos podiam tê-lo feito, mas nunca o fizeram e ainda tiveram 24 anos de oportunidade para implementar esta medida”, realça.

Para o deputado do PSD dos Açores, “os manuais digitais constituem uma ajuda muito grande para as famílias açorianas, medida que se manterá no próximo ano letivo, estendendo-se a todos os alunos do 2º e 3º ciclos, e já com abrangência do ensino secundário”.

Por outro lado, Joaquim Machado saudou o Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) “por preparar os alunos para os desafios do futuro com o alargamento dos manuais

digitais a todo o segundo ciclo, 8º e 9º anos, num evidente sinal de modernização do nosso sistema educativo”.

No seu entender, “esta ferramenta abre portas à inovação e a novas metodologias de ensino”, num momento em que “até ao final desta década, muitas profissões, tal como hoje as conhecemos, vão desaparecer, novas vão surgir e outras serão reconfiguradas, por efeito ou consequência das tecnologias”.

O parlamentar social-democrata é perentório ao afirmar que “quem estiver preparado, vai ter sucesso neste novo mercado de trabalho”, congratulando assim o Governo Regional “por dotar as novas gerações de novos instrumentos para fazer face aos desafios que se colocam”.

“Portanto, as nossas escolas não podiam continuar à margem das

tendências tecnológicas, seja por via dos manuais digitais, seja pela aprendizagem da computação, da robótica”, salvaguarda.

Joaquim Machado destaca o preço das refeições escolares e a distribuição gratuita dos manuais digitais, por considerar que “o sistema educativo regional e o ano escolar não se resumem apenas ao problema da falta de professores e assistentes operacionais, sem ignorar a importância que assume no funcionamento das escolas”.

O parlamentar social-democrata lembra, aliás, que “tal cenário resulta precisamente do desinvestimento na formação de professores e educadores, nos atropelos aos seus direitos profissionais pela governação socialista, bem como no uso indevido e abusivo de trabalhadores dos programas ocupacionais”, concluiu.

Faial

# A DEGRADAÇÃO DO CASTELO DE SÃO SEBASTIÃO É MUITO ANTERIOR AO FURACÃO LORENZO



Salomé Matos, deputada do PSD dos Açores, afirmou que “o Castelo de São Sebastião, na Baía de Porto Pim, não foi esquecido pelo Governo de Coligação, reconhecendo a necessidade do reforço da proteção da sua zona costeira, enquanto o PS em 22 anos não foi capaz de o fazer”.

Uma medida que se encontra materializada na anteproposta do Plano Anual para 2024 pelo Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM), estranhando a parlamentar social-democrata as declarações recentes do PS sobre o processo, “procurando como é hábito, ganhar um protagonismo que não merece”.

Segundo Salomé Matos, “o problema da degradação do Castelo de São

Sebastião, é muito anterior ao furacão Lorenzo em 2019. Prova disso é a posição assumida em 2002 pelo governo socialista, que já na época reconhecendo a situação, declinou quaisquer responsabilidades”.

Agora, “surpreendentemente, os deputados do PS/Açores eleitos pelo Faial afirmam que a passagem do furacão Lorenzo agravou significativamente a infraestrutura daquele monumento, sem o admitirem aquando da identificação dos prejuízos na ilha do Faial efetuadas em 2019, tendo sido grosseiramente esquecido”.

Os dois projetos apresentados para o reforço da orla costeira e recuperação da muralha do Castelo em

2020 pelo governo socialista “não obtiveram consenso e viriam a ser abandonados em resultado da rejeição da opinião pública”, recorda, salientando que “foi este Governo de Coligação que em 2021 decidiu unir os dois projetos, otimizando o processo em virtude da intervenção no Complexo de Infraestruturas do Porto Pim, uma empreitada no âmbito dos prejuízos do Furacão Lorenzo”.

Para a parlamentar, “é curioso que os deputados socialistas venham falar do assunto, dois dias após terem tido conhecimento da anteproposta do plano Regional Anual para 2024, numa atitude de má-fé”, sublinha.

“Os governos socialistas nunca incluíram as obras nos orçamentos re-



**A degradação do Castelo de São Sebastião é muito anterior ao furacão Lorenzo**

gionais desde o momento em que se alertou para a degradação da muralha em 2002, e agora vem o PS atirar areia aos olhos dos açorianos em relação a um problema que ele próprio nunca resolveu”, finalizou.

# AMBIENTE CONTINUARÁ A SER UMA PRIORIDADE NA MADEIRA

Numa iniciativa sobre ambiente e proteção do património natural, o deputado madeirense Brício Araújo começou por lembrar que “dois terços da nossa área terrestre é protegida e 89% do nosso mar territorial também é área protegida, ou seja, temos percentualmente das maiores áreas protegidas da Europa”.

Nesta visita do Grupo Parlamentar do PSD da Madeira, o deputado Brício Araújo realçou a importância do Jardim Botânico da Madeira - Eng.º Rui Vieira que considerou “fundamental na promoção, na preservação, na investigação científica, no conhecimento e na renovação das espécies naturais e da biodiversidade, até pela forma como interage com outras entidades”.

Os social-democratas deram ênfase ao compromisso do Governo Regional com o ambiente e com todo o património natural da Região: “é um compromisso que tem vindo a ser cumprido ao longo dos anos e que agora se renova no início de mais um mandato” reiterou Brício Araújo, lamentando “as críticas levianas da oposição”, que “evidenciam falta de preparação e desconhecimento relativamente ao trabalho que é feito na proteção do nosso património natural”.

Na Madeira, recorde-se, há um conjunto alargado de reservas e zonas protegidas, num equilíbrio entre a presença humana, a conservação das espécies e a regeneração dos ecossistemas.

Ainda nesta iniciativa, o deputado recordou, referindo-se à Reserva Natural das Ilhas Selvagens, que a Madeira tem “uma reserva natural integral marinha que é a maior do Atlântico Norte, por força de uma decisão do Governo Regional”, o que constitui mais um exemplo inegável de valorização do património natural e que faz da Madeira, também, uma referência na política de conservação e preservação.

“O ambiente e a proteção do património natural são sempre para nós compromissos naturais”, concluiu.

# Povo livre

Número 523 • 5 de Setembro de 1984 • Preço 30\$00

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: MANUEL PEREIRA

Mota Pinto no Alto Minho

## Unidade tem de ser a palavra de ordem do PSD

«É fundamental que o Partido se mantenha unido. A unidade tem de ser a palavra de ordem do Partido. Naturalmente, no PSD há pluralismo e não somos como aqueles partidos onde quem disser qualquer coisa que saia fora da pauta da música escrita por quem de direito está proscrito. Mas não devemos deixar que se instalem entre nós tendências organizadas ou institucionalizadas. Da minha parte nunca existirá qualquer iniciativa no sentido de fazer reuniões de grupos de militantes partidários que defenderam esta ou aquela posição. Acho que em termos de funcionamento do Partido, a unidade é a única conduta aceitável, sem embargo de

nos Congressos e nos Conselhos Nacionais, e na discussão democrática diária, nós poderemos ter pontos de vista efectivamente diversos.

Estas algumas das ideias mestras de uma intervenção do líder do PSD em Ponte de Lima, quando da sua deslocação ao Alto Minho no último fim-de-semana. Como já foi largamente divulgado, Mota Pinto repetiu em algumas reuniões e encontros partidários esta determinação, para além de se ter referido, também, à formação de um novo partido em termos muito críticos, embora nada preocupado com o seu surgimento. Em Ponte de Lima, como em Valença, essas foram duas das tónicas das



O vice-primeiro-ministro no acto de encerramento da IV Bienal de Arte de Vila Nova de Cerveira, liderado pelo governador civil do distrito e pelo presidente da Câmara

suas intervenções, mas não na sessão solene na Câmara de Vila Nova de Cerveira, como por lapso veio referido em alguns meios de Comunicação Social.

«O partido tem que se manter como um partido unido. Discutem-se os problemas e as estratégias nas reuniões, nos conselhos nacionais ou nos congressos, sai uma linha vitoriosa, e todos devem segui-la. Não devemos fazer actos que possam conduzir à fragmentação e, através de uma certa institucionalização de tendências dentro do partido, começarmos a criar o germém da divisão», advertiu também nas suas intervenções o líder social democrata.

Continua na pág. 4

### O PSD E A

**EXCLUSIVO**

## REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO PORTUGUÊS

o último, a opinião pública foi informada da intenção de se criar algumas instituições de crédito, como forma de dar melhores condições de maior robustez e eficácia nas suas actividades em várias das entidades que publicamente referiram essa hipótese.

Sociais democratas do sector — gestores, sindicalistas e núcleos de base — procederam então a uma reflexão sobre a Reestruturação do Sistema Financeiro Português e concluíram que, mais do que fundir instituições, impunha-se globalizar à Banca as preocupações e as medidas inerentes à sua modernização e saneamento.

As posições foram tratadas em documento próprio que nessa altura foi apresentado à CPN e melhor acolhimento.

«Admite-se que certas considerações feitas tenham perdido alguma actualidade, mas julgamos que o objectivo essencial foi conseguido — em tempo oportuno a posição dos Sociais Democratas e preconizar medidas adequadas a tal fim, sem as quais quaisquer fusões só por si não resolveriam ou resolverão qualquer problema estrutural do sistema bancário.

Por isso, iniciamos hoje a publicação da posição dos Sociais Democratas sobre a Reestruturação do Sistema Financeiro Português, elaborada em princípios de Maio último.

Calvão da Silva

## Eanes desenvolve projecto de Poder

«Como é que esse movimento pode ser social-democrata se é acarialhado pelo PC?», perguntou aos microfones da Antena Um (programa «19-20»), Calvão da Silva, secretário de Estado adjunto de Mota Pinto, comentando a afirmação de Melo Antunes à revista «Témoignage Chrétien» de que o futuro partido «anista» tinha por base ideológica a social-democracia.

Calvão da Silva não deixaria de frisar que Sá Carneiro e outros dirigentes da ex-AD tinham razão quando afirmavam em 1980, que Eanes tinha projecto de poder pessoal, à sombra do qual o PC se vem metendo.

Pronunciando-se sobre o artigo em causa, inspirado em informações de dois militares conselheiros de Belém, o secretário de Estado Calvão da Silva precisou que esse texto, «além da sequência de certos factos que vêm ocorrendo na vida portuguesa, revelam hoje, sem margem para dúvidas, que o dr. Sá Carneiro, outros destacados líderes da antiga Aliança Democrática e, também, as mais proeminentes figuras do Partido Socialista tinham razão quando afirmavam haver um projecto de Poder a que o general Eanes dava cobertura e que, por facilidade de exposição se pode apelar de projecto «anista». Por isso, — adiantou — «é hoje evidente, para toda a gente, que Sá Carneiro e outros dirigentes da antiga AD foram muito perspicazes e consequentes ao combaterem, em 1980, a reeleição para a Presidência da República do general Ramalho Eanes, como também o foi o dr. Mário Soares, que não o apoiou».



Disfarce e embuste

Quando ao facto de o artigo da revista francesa referir, de acordo com os elementos que lhe foram fornecidos pelos citados conselheiros, que o movimento

Continua na pág. 2

EDIÇÃO N.º 523 do "Povo Livre" | de 5 de setembro de 1984.

"Mota Pinto no Alto Minho: Unidade tem de ser a palavra de ordem do PSD".

# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

## SECÇÕES

### AVEIRO

Nos termos dos Estatutos Nacionais, convoca-se os militantes da Secção de Aveiro, para reunir em Assembleia de Secção Ordinária, no próximo dia 25 de Outubro (quarta-feira) 2023, pelas 21H00, no Edifício Sede da Junta de Freguesia de Aradas, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise e debate sobre a alteração aos Estatutos do PSD no 41º Congresso Nacional;
3. Balanço dos 10 anos de mandato da Coligação Aliança Com Aveiro;
4. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 da Câmara Municipal de Aveiro /apresentação e debate;
5. Análise da situação política nacional.

### LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para Órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Loures para reunir 18 de Novembro (sábado) de 2023, pelas 14H00, na Sede concelhia, sita na Rua Diogo Cão, nº 2 Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
  2. Eleição da Comissão Política de Secção.
- Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas de acordo com o estabelecido no Regulamento Eleitoral e entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, entre as 21H00 e as 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.
- No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com as quotas em dia.
- Ar urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 20H00.

### LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Lousada, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 20 de outubro de 2023, (sexta-feira) pelas 21H00, no Auditório da Cooperativa Agrícola de Lousada, sita na Rua Palmira Meireles, 346 – Lousada, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Análise da situação política.

### PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela para reunir no dia 2 de Novembro (quinta-feira) de 2023, pelas 21H00, na Sede da Junta de Freguesia de Palmela, sita no Espaço Cidadão na Rua Hermenegildo Capela, nº 58 – Palmela, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

### PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima, para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 19 de Outubro (quinta-feira) de 2023, pelas 20H30, na Sede do PSD, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo nº 24, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Apreciação da situação política Local e Nacional.

### PROENÇA-A-NOVA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia no próximo dia 11 de Novembro (Sábado) de 2023, pelas 17H00, no Largo dos Bombeiros, 21, Proença-a-Nova, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção,
2. Comissão Política de Secção.

Notas: A eleição decorrerá entre as 17H00 e as 19H00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política Distrital até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital - Rua Prior Manuel de Vasconcelos, 34 – loja 1 r/c – Castelo Branco

### SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de S. João da Madeira, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 18 de Outubro (quarta-feira) de 2023, pelas 21H00, na Sede Concelhia, sita na Av. Renato Araújo, 182 Loja CG-1º A, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único-Análise da situação política.

### SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Soure para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia 28 de Outubro de 2023 (Sábado), pelas 19H00 no Auditório da Biblioteca Municipal, sita Praça Miguel Bombarda – Soure com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política;
2. 41º Congresso do PSD;
3. Outros assuntos.

### VILA DO CONDE

De acordo com os Estatutos do Partido Social Democrata convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Vila do Conde para dia 27 de Outubro de 2023, às 21H00 na Sede da respetiva Secção, sita na Praça da República, 7, Vila do Conde, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação político-partidária da Secção;
2. Outros Assuntos.

### VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 21 de Outubro (sábado) de 2023, às 15H00, no Auditório da Fundação Castro Alves, sita na Rua Comendador Castro Alves, nº 391-Bairro, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

### VISEU

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Viseu, para reunir no dia 10 de Novembro (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00, na Sede Distrital e Concelhia, sita à Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja nº 9, Edifício Vasco da Gama-Viseu com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política partidária;
3. 41º Congresso Nacional do PSD;
4. Outros assuntos.

## NÚCLEOS

### BONFIM

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do núcleo residencial PSD Bonfim - Porto, para reunir no próximo dia 18 de Outubro (quarta-feira) de 2023, pelas 21H00, na Sede sita na Avenida Rodrigues de Freitas, nº 50, Porto, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

## CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 |  
Email: jsdnacional@gmail.com

### I CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o I Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Aveiro do mandato 2023/2025, para reunir no próximo dia 21 de outubro de 2023 (sábado), pelas 11h00m, na Sede da JSD Vagos, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 440, R/C Direito em Vagos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação dos delegados da JSD Distrital de Aveiro à Assembleia Distrital do PSD de Aveiro;
- 2 – Informações gerais: relatório quadrimestral de atividades e contas da Distrital;
- 3 – Tomada de posição sobre as propostas de revisão estatutária do PSD;
- 4 – Aprovação do Plano de Formação Distrital;
- 5 – Auscultação sobre o Regulamento de Indicações da JSD;
- 6 – Outros assuntos.

### III CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos do artigo 56.º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se reunião ordinária do Conselho Distrital de Castelo Branco da JSD, a ter lugar no dia 21 de Outubro de 2023, pelas 16h00, na sede do PSD da Sertã, sita em Rua de Celinda nº23, Sertã, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política e balanço de atividades;
- 3 – Outros assuntos.

**AMADORA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Amadora para reunir, no dia 25 de outubro de 2023 (quarta-feira), pelas 20h00, na sede da JSD Amadora, sita na Avenida 11 de Setembro de 1979 16A, 2700-336 Amadora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Balanço do Mandato da Comissão Política;
- 2 – Análise da Situação Política Local e Nacional;
- 3 – Aprovação dos Militantes Honorários da JSD Amadora;
- 4 – Informações e outros assuntos.

**ALBUFEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD Albufeira para reunir no dia 18 de novembro (sábado), pelas 10:30 horas, na sede do PSD Albufeira, na Estrada Vale de Pedras - Edifício Palmeira 1ºJ, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições da Comissão Política e Mesa do Plenário da JSD Albufeira

Notas: As urnas estarão abertas entre as 10:30 horas e as 12:30 horas.

As listas deverão ser entregues, via e-mail para: [distrital.algarve@jsd.pt](mailto:distrital.algarve@jsd.pt), ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital da JSD Algarve ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23:59 horas do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio de Barcelos, para dia 28 de outubro de 2023, pelas 21:00 horas, na Rua da Igreja nº143, 4750 - 501 Igreja Nova. Com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação Política Local e Nacional;
- 3 – Outros assuntos;

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 04/10/2023****OEIRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da JSD Oeiras para a reunir o Plenário de Militantes no dia 18 de Outubro de 2023, pelas 21:00h, na sede do PSD Oeiras em Linda-a-Velha, na Avenida Carolina Michaelis 33 C D, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

**PAÇOS DE FERREIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Paços de Ferreira para reunir no dia 21 de outubro de 2023 (sábado), entre as 14h00 e as 16h00, na Sede da JSD de Paços de Ferreira, sita na Avenida dos Bombeiros Voluntários, N° 221, 4590-580, Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos.